

## CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

**Estudo Técnico Preliminar 29/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63230.001844/2026-21

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação decorre da necessidade de implantação de instalação sanitária, destinada ao atendimento da sala ocupada pelo Diretor da Fundação Pátria, localizada nas dependências do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, situado na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária, São Paulo – SP.

Atualmente, a referida sala não dispõe de instalação sanitária exclusiva, o que implica a utilização de sanitários compartilhados e localizados em outras áreas da edificação. Essa condição acarreta deslocamentos frequentes, com impactos na dinâmica das atividades institucionais, especialmente considerando a natureza das atribuições do cargo, que demandam elevado grau de disponibilidade, confidencialidade e otimização do tempo.

A implantação de banheiro privativo justifica-se como medida de adequação funcional do ambiente administrativo, proporcionando maior eficiência no desempenho das atividades, além de assegurar melhores condições de conforto, higiene e conveniência ao ocupante do espaço. Ressalta-se que a solução proposta não se destina ao atendimento coletivo, mas sim à qualificação do ambiente de trabalho de função estratégica, em consonância com práticas usuais de organização administrativa.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para execução do serviço de engenharia visando à implantação de instalação sanitária privativa mostra-se necessária e adequada ao atendimento do interesse administrativo, promovendo a melhoria das condições de uso do espaço e o suporte adequado às atividades institucionais desenvolvidas no âmbito do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura	Leandro Canto Cortázio
Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura	Victor Hugo Neto Cortez

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos e funcionais necessários à implantação de instalação sanitária conforme descrito a seguir:

A contratação deverá contemplar a execução completa de serviço de engenharia para implantação de instalação sanitária privativa de pequeno porte, destinada ao atendimento da sala do Diretor da Fundação Pátria, nas dependências do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, devendo a solução adotada ser suficiente para garantir sua plena funcionalidade, segurança, durabilidade e adequação ao uso pretendido. A execução deverá compreender todas as etapas necessárias à entrega do ambiente em condições de uso imediato, incluindo serviços civis, instalações hidrossanitárias e elétricas, além do fornecimento e instalação de louças, metais sanitários e acessórios.

A solução deverá ser compatível com a infraestrutura existente da edificação, assegurando a adequada interligação às redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, sem prejuízo à operação das demais instalações. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de qualidade comprovada e atender às especificações técnicas pertinentes, devendo os serviços ser executados conforme projetos, memoriais descritivos e normas técnicas vigentes.

No que se refere aos requisitos normativos, a contratação deverá observar as disposições da Norma Regulamentadora nº 24, no que couber, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis às disciplinas envolvidas, incluindo instalações prediais e condições de salubridade, além de considerar os requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050, quando tecnicamente aplicável à solução adotada.

A contratação deverá ainda observar critérios e práticas de sustentabilidade conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, contemplando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, nos termos da legislação vigente, bem como a adoção de soluções que promovam o uso racional de recursos naturais, especialmente água e energia, mediante a utilização de dispositivos economizadores e sistemas eficientes. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que apresentem menor impacto ambiental, desde que mantidos os requisitos de desempenho e viabilidade técnica.

Como padrões mínimos de qualidade e desempenho, a instalação deverá ser entregue em pleno funcionamento, livre de falhas construtivas, vazamentos, infiltrações ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização. Deverá ser assegurado adequado nível de acabamento, compatível com o ambiente administrativo, bem como condições satisfatórias de ventilação, iluminação e higiene. A solução deverá apresentar durabilidade e facilidade de manutenção, garantindo o desempenho esperado ao longo de sua vida útil, cabendo à contratada a responsabilidade pela correção de eventuais defeitos decorrentes da execução.

## **5. Levantamento de Mercado**

Os projetos e especificações técnicas foram elaborados pela equipe do CTMSP, tornando desnecessária a contratação de empresa para desenvolvimento de projetos, minimizando custos à Administração.

Também foram avaliadas soluções modulares e pré-fabricadas, porém estas apresentaram limitações de integração à infraestrutura existente e menor adequação funcional ao ambiente administrativo. Dessa forma, concluiu-se que a contratação de empresa especializada exclusivamente para execução dos serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, constitui a solução técnica e economicamente mais vantajosa, por assegurar maior controle da Administração sobre o objeto, redução de custos, melhor aproveitamento dos recursos públicos, ampliação da competitividade do certame e atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviço comum de engenharia destinado à implantação de instalação sanitária privativa de pequeno porte na sala do Diretor da Fundação Pátria, nas dependências do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. A contratação compreenderá o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, com base nos projetos e especificações técnicas previamente elaborados pela equipe de engenharia do próprio órgão. A solução contempla a realização de adequações civis, instalações hidrossanitárias, elétricas e demais intervenções necessárias à plena funcionalidade do ambiente, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis. A opção adotada apresenta-se como a alternativa técnica e economicamente mais vantajosa, por possibilitar adequada integração à infraestrutura existente, maior controle da Administração sobre o objeto, redução de custos com projetos externos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Elaboração de Projeto Básico (PB) para reestruturação da Portaria do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. Conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Elaboração de Projetos de Arquitetura para reestruturação da Portaria do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.	UN.	1

Memória de cálculo:

l)Tratando-se de concepções arquitetônicas, de projetos de arquitetura, luminotécnicos e de paisagismo, o número de desenhos e documentos técnicos a serem entregues varia, devendo apenas cumprir, no mínimo as especificações técnicas atinentes ao memorial descritivo para a elaboração do Projeto Básico, anexo ao TR.

A estimativa de horas foi baseada em parâmetros de mercado para elaboração de projeto básico estrutural de edificação institucional de médio porte, considerando metodologia convencional de dimensionamento e representação gráfica.

A memória de cálculo com as composições referenciadas na SINAPI 01/2026 se encontra em documento anexo à este ETP, o Demonstrativo de Orçamento Estimado (DOE). Além disso a cotação de preços para a sondagem SPT foi realizada em contratações da administração pública e se encontra em Relatório de pesquisa de preço também anexo à este ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.319,43

**Memória de Cálculo:** A estimativa do valor total da contratação foi realizada com base em referenciais oficiais (SINAPI), a memória de cálculo com as composições referenciadas na SINAPI 03/2026 se encontra em documento anexo à este ETP, o Demonstrativo de Orçamento Estimado (DOE).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviço de engenharia visando à implantação de instalações sanitárias (banheiro) no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.	13455	UN.	1	R\$ 36.319,43	R\$ 36.319,43

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não é recomendado parcelamento da contratação, pois há interdependência técnica entre os diversos itens da execução. Ademais a compatibilização exige coordenação centralizada e o parcelamento pode gerar conflitos de responsabilidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não são vislumbradas neste processo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento institucional da Administração, observando requisitos de funcionalidade, eficiência operacional e conformidade com as normas técnicas e vigentes.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000166/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/01/2026;
- III) Id do item no PCA: 61 e 62;
- IV) Classe/Grupo: 833 e 835; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 742000-44/2026.

## 12. Categoria do Objeto

O objeto da presente contratação enquadra-se como:

- ☐ Compra
- ☐ Prestação de serviço SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Prestação de serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de engenharia
- ☐ Obra

## 13. Modalidade Licitatória

Dispensa Eletrônica: declaramos que o objeto possui padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo considerado como uma prestação de serviço comum, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

A contratação se enquadra no inciso I, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensável a licitação: para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (valores atualizados pelo DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025).

## 14. Participação exclusiva de ME/EPP

Considerando que a presente contratação possui natureza de pequeno vulto, baixa complexidade técnica e valor estimado compatível com os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, mostra-se viável e adequada a adoção de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da referida norma.

## **15. Vedação de participação de Cooperativas**

Admissível participação, desde que atendidos os requisitos legais.

## **16. Permissão de empresas em consórcio**

Em princípio, não há complexidade que justifique consórcio. Recomenda-se a vedação da permissão.

## **17. Permissão de subcontratação do objeto**

Dada a característica do objeto, o mercado tem diversas empresas aptas a entregar a solução completa sem necessidade de subcontratação. Dado o exposto não será permitida a subcontratação.

## **18. Exigências de Qualificação Técnica**

A exigência de qualificação técnica para fins de habilitação da futura contratada justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa, por ser exclusivamente ME/EPP, possua capacidade operacional e conhecimento técnico compatíveis com a execução do objeto, garantindo a adequada implantação da instalação sanitária privativa nas dependências do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, com observância aos padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho requeridos pela Administração.

## **19. Exigência de Garantia**

### **Garantia da Contratação**

Em consonância com o art. 98 da Lei 14.133/2021, a garantia contratual solicitada será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **20. Definição de reajuste**

O índice para reajuste contratual será o Índice Nacional da Construção CIVIL (INCC).

## **21. Execução e vigência da contratação**

### **Prazo de Execução e Vigência contratual:**

O prazo de execução do contrato será de 60 (sessenta) dias, enquanto a vigência contratual será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de início definida pela Contratante.

### **Prazo de Entrega:**

A entrega será considerada concluída mediante finalização dos serviço e emissão de TERD após apresentação das respectivas ART/RRT e aprovação técnica pela Administração.

### **Substituição ou Correções**

Caso sejam identificadas inconsistências técnicas, a contratada deverá promover os ajustes no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional.

## **22. Contrato de Escopo**

A presente contratação configura contrato de escopo, pois impõe à contratada a obrigação de entregar resultado específico e previamente definido (conjunto completo de projetos básicos).

A Administração compromete-se a promover eventual aditamento contratual, dentro da vigência, caso haja necessidade de prorrogação devidamente justificada, nos termos da Lei 14.133/2021.

## **23. Apresentação do local de execução**

Os serviços serão desenvolvidos no CTMSP localizado na Av. Professor Lineu Prestes 2468, São Paulo/SP, CEP 05.508-000.

## **24. Enquadramento como atividade de custeio**

Considerando o disposto no Decreto nº 10.193/2019 e na Portaria ME nº 7.828/2022, a contratação enquadra-se como atividade de investimento, por tratar de despesa que ampliará e melhorará a capacidade da Portaria do CMTSP.

## **25. Objeto relativo a Programa Estratégico**

O objeto não está relacionado a Programa Estratégico da Marinha, pois trata apenas de instalações de apoio.

## **26. Encaminhamento para CJACM ou CJU**

Dispensada a análise pela CJU/CJACM, conforme previsto no Art. 2º, da instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021:

*“Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.”*

## **27. Ata de Registro de Preços**

**Da Adesão**

Não será permitida, em virtude da natureza do objeto da contratação.

### **Da Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo**

Não aplicável.

### **Intenção de Registro de Preços**

Não aplicável.

## **28. Registro no Cadastro Técnico Federal**

Em referência a esse item, não foi constatada a obrigatoriedade do registro no cadastro técnico federal.

## **29. Catálogo Eletrônico de Padronização**

Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização e os modelos contidos no referido portal, pois o objeto desta contratação não está contido no catálogo informado. Ademais, informamos que foi observado o princípio da padronização nesta contratação.

## **30. Informações Complementares para o Objeto**

Declaramos que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Formalização do acordo através de: Contrato.

Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica? Não

Forma de Fornecimento: Parcelado.

Item Sustentável: Não.

Forma de Lance: Menor Valor por Grupo.

Orçamento Sigiloso: Não.

## **31. Publicidade das Informações**

A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos administrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.

Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.

Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.

Face ao exposto, a presente contratação NÃO possui limitação quanto à sua publicidade.

### **32. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação proporcionará a melhoria das condições funcionais da área administrativa destinada ao Diretor da Fundação Pátria, mediante a implantação de instalação sanitária privativa adequada às necessidades operacionais do ambiente. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se o aumento da eficiência das atividades administrativas, a redução de deslocamentos para utilização de sanitários compartilhados e a melhoria das condições de conforto, higiene e funcionalidade do espaço.

Sob o aspecto da economicidade, a solução adotada permitirá melhor aproveitamento dos recursos públicos, considerando que os projetos e especificações técnicas foram elaborados pela equipe de engenharia do próprio órgão, eliminando custos adicionais com contratação externa para desenvolvimento de projetos. Além disso, a definição prévia e detalhada da solução reduz riscos de retrabalho, alterações contratuais e custos decorrentes de incompatibilidades técnicas durante a execução.

### **33. Providências a serem Adotadas**

Antes da contratação, a Administração deverá disponibilizar plantas e documentos existentes, e providenciar autorizações internas pertinentes.

### **34. Possíveis Impactos Ambientais**

A execução dos serviços de engenharia para implantação da instalação sanitária privativa poderá gerar impactos ambientais de pequena magnitude, típicos de atividades de construção civil de baixo porte, especialmente relacionados à geração de resíduos sólidos, emissão de poeira, produção de ruídos temporários e consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica.

Os resíduos provenientes das atividades de demolição, cortes, instalações e acabamentos deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando-se a segregação, acondicionamento, transporte e descarte conforme a legislação ambiental aplicável e as diretrizes da Resolução CONAMA nº 307/2002, priorizando-se, sempre que possível, a reutilização e reciclagem dos materiais gerados. Os materiais inservíveis, embalagens e refugos deverão ser removidos pela contratada e destinados a locais ambientalmente licenciados.

Durante a execução dos serviços, deverão ser adotadas medidas mitigadoras para redução de poeira, ruídos e interferências no ambiente administrativo, incluindo controle e limpeza periódica da área de trabalho, acondicionamento adequado de materiais e utilização racional de equipamentos.

A solução deverá contemplar a adoção de dispositivos e materiais que promovam o uso racional de recursos naturais, especialmente mediante utilização de metais sanitários e equipamentos economizadores de água, bem como sistemas de iluminação eficientes e de baixo consumo de energia, quando aplicável. Também deverão ser priorizados materiais com maior durabilidade e menor necessidade de manutenção, contribuindo para redução do consumo futuro de insumos e geração de resíduos.

Considerando as características e o pequeno porte da contratação, não se identificam impactos ambientais significativos ou permanentes decorrentes da execução do objeto, desde que observadas as medidas mitigadoras e as boas práticas de sustentabilidade aplicáveis aos serviços de engenharia.

## 35. Regime de Execução

Considerando que a contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, o regime de execução escolhido é o de Empreitada por Preço Global, pois o escopo está claramente definido, a entrega de produto final determinada, inexistência de necessidade de medição por unidades e maior previsibilidade de custos.

## 36. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 36.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é: Tecnicamente viável, pois há oferta consolidada no mercado de empresas aptas à execução dos serviços. Dessa forma, a Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação.

## 37. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEANDRO CANTO CORTAZIO**

Chefe do Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura

**VICTOR HUGO NETO CORTEZ**

Ajudante do Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura